

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS CHAPECÓ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ELIZANDRA DA SILVA DIAS

**A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES REGENTES DE TURMAS
COM INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS:**

UMA ANÁLISE DOS CURSOS OFERTADOS PELA FCEE – 2019 A 2023

CHAPECÓ

2023

ELIZANDRA DA SILVA DIAS

**A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES REGENTES DE TURMAS
COM INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS:**

UMA ANÁLISE DOS CURSOS OFERTADOS PELA FCEE – 2019 A 2023

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profª Drª Jane Teresinha Donini Rodrigues
Coorientadora: Me. Claudia Felisbino de Souza

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Dias, Elizandra da Silva

A formação continuada para professores regentes de turmas com inclusão de alunos autistas: Uma análise dos cursos ofertados pela FCEE - 2019 a 2023 / Elizandra da Silva Dias. -- 2023.

35 f.:il.

Orientadora: Doutora Jane Teresinha Donini Rodrigues

Co-orientadora: Mestre Claudia Felisbino de Souza

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Chapecó, SC, 2023.

1. Formação de professores; Autismo; oferta de cursos.. I. Rodrigues, Jane Teresinha Donini, orient.
II. Souza, Claudia Felisbino de, co-orient. III.
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

ELIZANDRA DA SILVA DIAS

**A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES REGENTES DE
TURMAS COM INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS:**

UMA ANÁLISE DOS CURSOS OFERTADOS PELA FCEE – 2019 A 2023

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Pedagogia da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 18/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br JANE TERESINHA DONINI RODRIGUES
Data: 06/02/2024 19:28:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Jane Teresinha Donini Rodrigues – UFFS
Orientadora



Me. Claudia Felisbino Souza – UFFS
Coorientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br MANUELA PIRES WEISSBOCK ECKSTEIN
Data: 10/01/2024 13:29:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Manuela Pires Weissbock Eckstein – UFFS
Avaliadora interna

Documento assinado digitalmente
gov.br CLAUDIA APARECIDA DOS SANTOS
Data: 10/01/2024 11:30:18-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Claudia Aparecida dos Santos –
Avaliadora externa – IFPR

A FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES REGENTES DE TURMAS COM INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS:

UMA ANÁLISE DOS CURSOS OFERTADOS PELA FCEE – 2019 A 2023

Elizandra da Silva Dias *
Jane Teresinha Donini Rodrigues**
Claudia Felisbino Souza***

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise acerca dos cursos de formação continuada para professores regentes do ensino regular com foco no Transtorno do Espectro Autista (TEA) ofertados pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) entre os anos de 2019 e 2023. O percurso investigativo buscou responder a pergunta: *como é abordado o tema do TEA nos cursos de formação continuada ofertados pela Fundação Catarinense de Educação Especial, qual o público-alvo e quais as ênfases teórico-metodológicas?* Os caminhos metodológicos seguem as trilhas da pesquisa qualitativa documental, tendo como objeto de estudos editais de oferta de cursos pela FCEE no período de 5 anos a contar de 2019. Teoricamente lança mão aos referenciais que se alinham às perspectivas inclusivas como ZERBATO (2017), FIGUEIREDO; COSTA; DIAS (2018), CAMARGO (2020), FELISBINO (2020), além de normativas nacionais como a Constituição Federal (1988), Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008). Os resultados apontam que a FCEE foi essencial para avanços na Educação Inclusiva em Santa Catarina e tem como ênfase teórica-metodológica a introdução dos conceitos básicos do TEA e a compreensão das Práticas Baseadas em Evidências (PBE). No que diz respeito ao público-alvo, a FCEE ainda dispõe de um número significativo de formações continuada voltadas para professores especialistas na área, segundo professor de sala e professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), e, para o professor regente da sala comum do ensino regular, há poucas ofertas o que, conseqüentemente, significa que seguimos com lacunas na formação de professores regentes nas salas de aula comum.

Palavras – chave: Formação de professores; oferta de curso; autismo.

* Graduada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, elizandra.dias391@gmail.com

** Doutora em Educação, docente do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS *campus* Chapecó – SC jane.rodrigues@uffs.edu.br

*** Mestre em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, claudia.souza@uffs.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere no urgente debate sobre a formação de professores para o desenvolvimento das ações didático-pedagógicas com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluídos nas classes comuns de escolas regulares. De acordo com pesquisas do Center of Diseases Control and Prevention (2023) “estima-se que uma em cada 36 crianças de 8 anos (aproximadamente 4% dos meninos e 1% das meninas) tenha TEA”. Logo, esta é uma realidade presente em quase todas as salas de aula, impondo ao professor, a necessidade de um conhecimento estendido, qualificado e profundo, que o possibilite criar meios para acessar os processos de aprendizagem das crianças com TEA.

A formação de professores, inicial e continuada, é fundamental para uma atuação docente que se compromete com a educação integral dos estudantes e que reconheça a diversidade que compõe a sala de aula. Nesta perspectiva, abordaremos a formação de professores que pensam suas práticas pedagógicas considerando os alunos que apresentam TEA. Partindo do pressuposto que crianças aprendem e socializam de maneiras diferentes, entendemos que quando se trata de crianças atípicas¹, suas manifestações específicas, provocam nos docentes, muitas vezes, insegurança, receio e até mesmo o sentimento de despreparo, desconhecimento e angústia. Instala-se aí, um grande desafio para a escola e docentes. Mas, também é nesse momento, que se mobilizam as ações para dar conta de um compromisso e dever, promulgado já na Declaração Mundial de educação para todos: “todos têm direito à educação” (Unicef, 1990). É sobre estas ações mobilizadas a partir da matrícula escolar de crianças com deficiências, altas habilidade ou transtornos, que teve início esta pesquisa.

Meu interesse surgiu a partir da experiência, durante um ano, como estagiária (segunda professora²) quando acompanhei, em sala de aula, uma criança diagnosticada

¹ Por “crianças atípicas” entendemos crianças que apresentam alguma alteração no funcionamento cognitivo, neurológico ou comportamental. Ou seja, podemos usar para nos referirmos a pessoas com TEA, TDAH, Síndrome de Tourette, Dislexia, Depressão, entre outros (RISSATO, 2022).

² Segundo professor de turma é uma denominação usada para referir-se ao segundo professor que acompanha turmas que possuem alunos público alvo da educação especial como prevê a lei nº17.143 de 15 de maio de 2017.

com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma escola privada no município de Chapecó. Soma-se à experiência, os constantes diálogos com professoras sobre a dificuldade em, efetivamente, incluir a criança autista nas atividades didático-pedagógicas e às rotinas da sala de aula. Naquele momento, fui tomada pela curiosidade em saber se aquelas dificuldades, anunciadas pelas professoras, estariam relacionadas a falta de formação específica para a atividade docente com crianças com TEA.

Quando nos referimos ao TEA, é importante nos atentar para as diferentes perspectivas de olhar, pois sempre estão vinculados à área que se coloca a discuti-lo. Frequentemente, inclusive no meio escolar, o TEA é compreendido ou têm suas referências conceituais, na área da saúde. Nesta área, os diagnósticos seguem manuais como o Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V (2014). A partir desse referencial, o Transtorno do Espectro do Autismo é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento que pode manifestar déficit na comunicação social e na interação social; na reciprocidade socioemocional; nos comportamentos comunicativos não verbais evitando o contato visual; déficit para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, além de possuírem interesses restritos, repetitivos e/ou sensoriais. Esta é uma perspectiva de caráter clínico, construída e atualizada por profissionais da área da saúde como psicólogos, pediatras, psiquiatras, fonoaudiólogos, entre outros e se situa na perspectiva da doença, para a qual, busca-se a recuperação, reabilitação ou a cura. O transtorno é marcado pela falta e incapacidade para realizar determinadas tarefas sociais. Porém, vale ressaltar que mesmo sendo características comuns entre pessoas autistas, elas se apresentam com intensidades diferentes em cada indivíduo e precisam suporte adequados às especificidades.

Já na área educacional, muitos estudiosos da educação buscam compreender o TEA a partir de outra perspectiva, olhando para o que tem de potência em cada indivíduo, em detrimento dos limitadores e impedimentos. Mas, dizer isso não é o mesmo que dizer que as escolas trabalhem nesta perspectiva e que, a partir desse entendimento, as crianças com TEA em processo de escolarização e apropriação dos conhecimentos escolares, estejam encontrando neste espaço, respostas positivas às suas especificidades. Antes o contrário, poderia dizer, a partir da minha própria experiência, que se encontra realidades escolares bem distantes ainda desse entendimento e prática. Zerbato e Mendes (2017, p.2) destacam que “as modificações no ato de ensinar não são tarefas fáceis e simples de serem executadas, nem ao menos é possível que o professor do ensino comum, sozinho, as

realize”. [...] Talvez essa seja uma questão a ser discutida seriamente nas escolas, pois, os professores precisam dispor de “[...] uma rede de profissionais de apoio, recursos suficientes, formação e outros aspectos necessários para a execução de um bom ensino. Inclusão escolar não se faz somente dentro da sala de aula, complementam os autores”.

Após estudos, discussões e levando em conta minhas observações na condição de “estagiária”, compreendi que precisava buscar respostas às minhas dúvidas a respeito do que provocaria tantas dificuldades aos professores em trabalhar com crianças com TEA em suas turmas de escolas comuns. Minha linha de pensamento perseguia o elemento *formação*. Desta forma, localizei instituições que promovem formação continuada de professores. Mas, meu foco estava claro: buscava formações continuadas voltadas ao tema da educação de crianças com TEA. Por indicação da banca, na ocasião da qualificação do projeto de pesquisa, defini centrar a investigação em uma instituição - Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)³ – por ser reconhecida como referência na formação continuada de professores na área de educação especial, incluindo cursos voltados ao Atendimento Educacional Especializado e “segundo professor” para atender demandas da educação especial nas escolas regulares e centros educacionais especializados. A partir desta definição, esta pesquisa tem como objetivo *analisar como é abordado o Transtorno do Espectro Autista nos cursos de formação continuada, ofertados pela Fundação Catarinense de Educação Especial e para qual público se direcionam*.

Como orientação do caminho de investigação, busquei indicações de respostas a seguinte questão de pesquisa: *Como é abordado o Transtorno de Espectro Autista nos cursos de formação continuada ofertados pela Fundação Catarinense de Educação Especial e qual seu público-alvo?*

Para alcançar respostas para essa pergunta, foi necessário primeiro conhecer a história da FCEE, seu trabalho e como se tornou referência no Estado de Santa Catarina quando se refere à serviços voltados para a educação especial, como a destinação de recursos e formação de profissionais para as APAEs, AMAs e professores das escolas das

³ Criada em 06 de maio de 1968, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), foi objeto da Lei nº 4.156, regulamentada pelo Decreto nº 7.443, de 2 de dezembro do mesmo ano. Surge com o objetivo de abarcar as demandas estaduais da educação especial, dispondo de capacitação e pesquisas relacionadas à prevenção, assistência e integração da pessoa com deficiência.

redes públicas e privadas. Desde a sua criação, a FCEE, vem atuando na área da educação especial e fazendo parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, desenvolvendo e apoiando projetos, contribuindo com a implementação de políticas e legislações, tanto em nível Estadual como Federal. No percurso histórico, essa fundação, acompanhou avanços da área da educação especial, percorrendo os caminhos da institucionalização da deficiência, da integração escolar, com a criação das classes especiais em escolas comuns, do processo de consolidação das políticas mundiais de inclusão e garantias de direitos sociais, culturais, políticos e educacionais das pessoas com deficiências. Este caminho trilhado pela fundação (e por toda a sociedade em nível mundial) foi reconhecido como um pequeno passo para o que hoje, denominamos educação inclusiva, que nos possibilita encontrar na sala de aula comum em escolas regulares crianças, adolescentes e jovens com deficiências, altas habilidades e transtornos, junto aos docentes e estudantes sem deficiência.

Considerando o exposto, optei por organizar este artigo em itens que apresentam as discussões teóricas sobre o tema, a opção metodológica, detalhamento do caminho percorrido, a apresentação e análise dos dados coletados durante a pesquisa, as considerações e aprendizagens produzidas neste processo.

2 ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Essa pesquisa se situa numa abordagem qualitativa documental e bibliográfica, fazendo uso da análise de conteúdo como instrumento para o tratamento dos dados coletados. A abordagem qualitativa foca nas relações humanas pois, “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização [...]”, como defende Silveira e Córdova (2009. p. 31). A pesquisa bibliográfica possibilita acessar conhecimentos já produzidos sobre o tema em estudo, ampliando o repertório teórico, o que potencializa uma análise mais profunda dos conteúdos encontrados. Na técnica de pesquisa documental encontramos a possibilidade de acessar, ler e analisar documentos, neste caso, disponíveis no site da instituição objeto de estudo desta pesquisa, a fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

A partir dessa opção metodológica, foi possível acessar estudos atualizados, ao mesmo tempo que um revisitar aspectos históricos, trouxe maior compreensão sobre o tema em estudo, sobre como se constituíram conceitos, avanços e transformações. Como

recorte temporal elegi os anos entre 2019 e 2023, para conhecer pesquisas sobre a temática nos últimos 5 anos. Considerando que, nesse período, mundialmente, fomos afetados por mudanças impostas pela pandemia, seja em nível individual ou social, em todos os setores da sociedade.

Nessa direção, a busca investida foi por cursos que prometem, aos professores em exercício na regência de classes comuns do ensino regular, ajudar/apoiar ou dar condições favoráveis ao desenvolvimento e aprendizagem de crianças com TEA por meio de ações pedagógicas adequadas as suas necessidades específicas.

Em respostas as minhas inquietações sobre a atuação de professores com crianças que têm Transtorno do espectro autista, as primeiras buscas foram motivadas pela necessidade de saber o que tem sido publicado pela academia e que pudesse me ajudar a olhar para ao TEA, à formação continuada e aos tipos de cursos ofertados. Para esta busca, utilizei os descritores “formação de professores”, “oferta de curso” e “autismo” por meio do aplicativo *Publish or Perish* (software que recupera e analisa produções acadêmicas, utilizando-se de dados online) onde encontrei duas pesquisas relacionadas a oferta de cursos para professores de autistas promovidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). Como meu interesse foca na oferta de cursos de formação para professores em exercício na regência de classes comuns do ensino regular, entendi que essas duas pesquisas se aproximavam das minhas intenções. Com a leitura na íntegra, de ambas, percebi que convergem no tema escolhido, porém se diferenciam no recorte temporal. Uma procurou localizar os cursos ofertados pela FCEE entre os anos de 2005 a 2009 enquanto a outra fez o recorte entre os anos de 2010 a 2018. Quanto aos objetivos, Jochem buscou analisar as ações de formação continuada propostas pela FCCE para professores, voltadas para o trabalho com alunos autistas. Já Lehmkuhl teve como objetivo a análise de ações de formação continuada de professores pela FCEE e, a partir desta análise verificar quais são as contribuições do Estado para o trabalho pedagógico e a inclusão de alunos com TEA no ensino regular. Estes, mesmo saindo do recorte temporal delimitado para esta pesquisa, se torna relevante por ter abordado a oferta de cursos pela FCEE naquele período.

QUADRO 1 – ORGANIZAÇÃO DAS PESQUISAS SELECIONADAS

Título	Autor(es)	Revista	Ano
Formação continuada de professores no Estado de Santa Catarina sobre o TEA	Bruna Jochem	Revista Educação Inclusiva	2022
Educação Especial e formação de professores em Santa Catarina: vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica como base da formação continuada	Márcia de Souza Lehmkuhl	Acervo UFSC	2011

QUADRO 1: Organização das pesquisas selecionadas

FONTE: Publish or Perish

A pesquisa de Lehmkuhl (2011), uma dissertação de Mestrado que analisou cursos voltados para a Educação Especial, com ênfase no trabalho pedagógico voltado ao TEA, entre os anos de 2005 a 2009, utilizando para análise os dados, os Relatórios de Atividades Anuais da FCEE e as 195 propostas de cursos de formação no período da pesquisa, disponibilizado pela fundação. Verificou quais eram as vertentes teóricas recorrentes nas formações de Santa Catarina. Lehmkuhl concluiu com esta pesquisa que há, na formação continuada de professores, mais cursos destinados às Instituições Especializadas em Educação Especial e que mesmo esses cursos tendo um caráter pedagógico, as propostas de curso para as Instituições Especializadas e para a rede regular de ensino “tiveram como foco as deficiências e não as questões educacionais, nos remetendo ao modelo médico-pedagógico, onde as questões biológicas definem as questões pedagógicas” (Lehmkuhl, 2011, p. 2007).

Já a pesquisa desenvolvida por Jochem (2022) abarcou os anos de 2010 a 2018, analisando as ofertas de formação continuada para professores sobre TEA. A autora utilizou de editais e projetos disponibilizados pela FCEE e como critério de seleção se utilizou de objetivos, títulos e conteúdo que faziam referência ao TEA, totalizando então, 23 cursos analisados. Concluiu que grande parte das formações é destinada para profissionais especialistas que atuam em APAEs, na própria FCEE ou nas salas de AEE. Para além disto, a autora também destaca que ainda que tenham sido encontradas formações que apresentem como público-alvo o professor do ensino regular, algumas

dessas formações estão limitadas a professores da rede estadual, não fazendo menção à formação específica para as redes municipais ou instituições privadas.

Com o estudo destes 2 trabalhos, reafirmei meu interesse em olhar à oferta de cursos de formação sobre TEA, para professores em exercício na regência de classes comuns do ensino regular. Assim, minhas buscas seguiram com mais definição e direcionamento. Inicialmente, consultei o site da FCEE para fazer uma busca documental. Acessando a opção “cursos e capacitações” e posteriormente “cursos em andamento/finalizados”, estabelecendo o recorte temporal os anos entre 2019 e 2023. Nesse movimento, tive acesso aos editais de cursos ofertados até o primeiro semestre de 2023, portanto, o segundo semestre de 2023, ainda não estava publicado. Para seleção dos editais, usei como critérios os cursos que mencionassem o TEA em seus títulos e/ou nos seus conteúdos e que tiveram oferta nos últimos 5 anos. Encontrei 39 cursos que, fazendo um refinamento de acordo com os critérios definidos, selecionei 19 cursos de formação continuada, sendo possível visualizar o período da oferta, o objetivo e público-alvo, além de uma tabela com os conteúdos desenvolvidos em cada curso.

Após o estudo realizado, especialmente dos 2 trabalhos já citados, percebo que houve avanços na oferta de cursos da FCEE ao longo de 14 anos, no entanto, ainda encontro lacunas no que refere ao público para qual esses cursos foram destinados. Essa constatação foi determinante para prosseguir com esta pesquisa que quer saber mais sobre as abordagens atuais do Transtorno do Espectro Autista nos cursos de formação continuada, ofertados pela Fundação Catarinense de Educação Especial e se há uma preocupação com os professores regentes de classes comuns em escolas regulares, no que se refere ao aprofundamento teórico-metodológico, apoio e recursos que viabilizem um trabalho docente com condições de responder positivamente às especificidades da criança com autismo.

3 O TEA E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

A educação brasileira, assim como muitas áreas da sociedade, ainda enfrenta muitos desafios para trabalhar na perspectiva da inclusão. A mudança no público escolar vem ficando cada vez mais acentuada e essas mudanças podem ser desafiadoras para os

profissionais da educação, impondo a atualização e aprofundamento dos conhecimentos e metodologias de ensino. Uma dessas mudanças é o significativo aumento de matrículas de crianças autistas, um cenário relativamente novo que tem provocado distintos sentimentos aos professores regentes e à escola como um todo.

Para ilustrar tal situação, me dediquei a olhar para um estudo publicado na scielo, intitulado “desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores” (Camargo et al, 2020). Foi desenvolvido em escolas comuns, da rede pública na cidade de Pelotas (RS) e envolveu 19 professoras, todas com alunos com TEA em suas turmas. O estudo revelou que essas professoras apresentavam maior dificuldade quanto aos comportamentos relacionados à recusa em fazer atividades, seguir rotinas e regras, além da agressividade. A agressividade não é uma característica inerente ao diagnóstico do TEA, no entanto, muitos alunos podem apresentá-los, “quando há dificuldade para comunicar alguma insatisfação ou necessidade” (Camargo et al, 2020, p.7). Foram citadas também “a falta de preparo, a sensação de despreparo e a necessidade de formação continuada, bem como, a qualificação de sua própria experiência com a inclusão de alunos com TEA, as potencialidades e a evolução dos alunos no decorrer desse processo”.

Essa pesquisa, corrobora com a manifestação da urgência da formação para docente, voltada às necessidades que a sala de aula apresenta, como a inclusão de crianças autistas. A formação continuada faz parte da trajetória docente, que busca atualizar e formar professores com condições de compreender e ter recursos teóricos e didáticos que respondam ao cotidiano da sala de aula, que se modifica constantemente. Tivemos um aumento relevante de matrículas de PcD em classes regulares, conforme apontado pelo Inep: Em 2022, houve 1.292.466 de classes comuns com matrículas de PcD, sendo 429.521 dessas matrículas, ocupadas por autistas (INEP, 2022).

Sabe-se que pela diversidade do espectro e singularidade de cada criança, professores podem se sentir receosos e/ou incapazes de seguir/desenvolver o currículo escolar, uma vez que os interesses das crianças atípicas são restritos (DSM-V, 2013). No entanto,

O currículo precisa ser flexibilizado, não nos objetivos, mas metodologicamente e, estrategicamente, adequado às necessidades individuais dos sujeitos, sempre levando em consideração suas potencialidades, bem como aquelas que ainda estão em desenvolvimento (FIGUEIREDO; COSTA; DIAS, 2018).

Os objetivos de aprendizagem, podem ser os mesmos para toda a turma, mas é necessário considerar as necessidades individuais dos alunos, apresentando uma proposta adaptada de forma que a criança consiga se envolver, acompanhar e apresentar menos dificuldades. Para que essa adaptação seja qualificada, os professores precisam receber formação adequada. Nesse sentido, a Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, apresenta em seu Art. 2º as diretrizes:

VI - a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

Portanto, é dever público dispor condições para a formação destes profissionais, possibilitando a construção de conhecimentos possibilitem práticas educacionais favoráveis ao processo de desenvolvimento social e cognitivo de crianças que estão no espectro. Ao receber um aluno com TEA em sala, os professores precisam ter condições emocionais, psíquicas e conhecimentos para desenvolver um trabalho que se diferencie para atender as especificidades, mas que seja igualmente qualificado para atender a todas as crianças que compõe a sua turma. Quando o professor tem conhecimento teórico, didático e pedagógico, ele enxerga para **além dos déficits**, não define a criança pela falta, mas trabalha para potencializar as capacidades de cada uma e de todas as crianças, identifica os interesses e através disso, pode realizar adaptações no currículo e atingir os objetivos propostos para as aulas, numa perspectiva da educação inclusiva.

Se refizermos o caminho histórico construído pela humanidade e seguirmos as trilhas da educação especial e as condições de vida das pessoas com deficiências nos espaços sociais, perceberemos avanços significativos quanto à garantia de direitos. No entanto, é sabido que não basta garantir o ingresso e permanência dessas crianças na escola, sem a sua efetiva inclusão e acesso ao conhecimento escolar. É preciso pontuar que mesmo diante desses avanços, a respeito da garantia de matrícula da pessoa com deficiência na escola e sua inserção na sociedade, ainda vivemos em paradoxo entre a

integração⁴ e a educação inclusiva⁵. A Constituição Federal (art. 206, Inciso I), referindo-se às escolas, define que “toda PcD tem direito a igualdade de acesso e a meios de desenvolvimento pleno [...]”, contudo, ainda é perceptível como muitas escolas e/ou classes, experienciam apenas a integração, ou seja, oportunizam a inserção da PcD no ambiente escolar, nas classes comuns de ensino, oferecem sala de recursos, dentre outros apoios, mas deixam lacunas como: o sistema escolar está de fato mudando em prol da inclusão ou as crianças e adolescente com deficiência e suas famílias precisam se modificar e se adequar para se adaptar à realidade das escolas? Se é o aluno que precisa buscar pela sua inclusão ao invés da escola adequadamente acolhê-lo, então estamos diante da integração deste aluno, apoiados em um paradigma dado como ultrapassado, mas que atua fortemente nas escolas na atualidade.

Nos últimos anos tivemos um aumento significativo nas matrículas de pessoas com deficiência no sistema de ensino regular. De acordo com o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), o número de matrículas de PcD aumentou em escolas de ensino regular, enquanto as matrículas em escolas especiais diminuíram. Podemos visualizar esse percentual no gráfico a seguir.

⁴ Por "integração" entendemos que o modelo é baseado na busca pela “normalização”. Nega-se a questão da diferença. A integração admite exceções, uma vez que é baseada em padrões, requisitos e condições (Diversa, 2022).

⁵ A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.(BRASIL,2008)

Gráfico 35. Evolução das matrículas de educação especial na educação infantil, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



Gráfico 36. Evolução das matrículas de educação especial no ensino fundamental, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



Fonte: Inep/Censo Escolar 2010 - 2022.

Gráfico 37. Evolução das matrículas de educação especial no ensino médio, por local de atendimento - Brasil 2010 - 2022



Fonte: Inep/Censo Escolar 2010-2022.

IMAGEM 1: Gráfico censo escolar de educação especial
FONTE: INEP (2022)

O aumento no número de matrículas é uma vitória para a educação inclusiva, um motivo para comemorar, pois evidencia o acesso dessa comunidade à escola regular. É um avanço importante na sociedade e na educação. Porém, a preocupação é com o acesso ao conhecimento por parte dos alunos, ao acesso a recursos didático-pedagógicos necessários às condições específicas de cada estudante e como o corpo escolar e, em especial os professores da rede regular, estão se empossando de conhecimentos teórico-metodológicos para então alcançarmos a inclusão nas salas de aula.

4 A FCEE E A FORMAÇÃO VOLTADA AO TEA: Os achados da pesquisa

A escolha por essa fundação se deu pelo papel que desenvolve em Santa Catarina, sendo referência em todo o Estado, destacando a sua importância no progresso para a inclusão, fazendo parte de marcos históricos na educação especial de SC. Esta fundação também é responsável pela capacitação docente voltada para pessoas com deficiência, introduzindo os docentes nos conceitos e definições da deficiência e como desenvolver suas práticas pedagógicas de forma mais adequada para este público.

O professor, durante o seu exercício docente, no intuito de se manter em formação e aprendizagem, tem, na formação continuada, uma possibilidade de seguir seus

estudos, se atualizar nos aspectos teóricos, metodológicos, pedagógicos, sociais, políticos e cuidar dos seus saberes docentes para tornar-se conhecedor da realidade escolar atual.

Sendo a FCEE uma instituição que congrega ações de formação na área de educação especial, realizei a busca na sua plataforma, com o propósito de identificar cursos que abordaram o TEA, tanto nos seus títulos quanto nos seus conteúdos e que foram ofertados entre os anos de 2019 e 2023. Identifiquei 39 (trinta e nove) cursos, sendo 20 (vinte) abordando o TEA em pelo menos um de seus conteúdos e 19 (dezenove) voltados especificamente ao TEA.

Para reafirmar, essa pesquisa quer saber mais sobre as abordagens atuais do Transtorno do Espectro Autista nos cursos de formação continuada, ofertados pela FCEE e se há uma preocupação com os professores regentes de classes comuns em escolas regulares, no que se refere ao aprofundamento teórico-metodológico, apoio e recursos que viabilizem um trabalho docente com condições de responder positivamente às especificidades da criança com autismo.

Para atender os objetos da pesquisa, utilizei apenas cursos com foco no TEA, ou seja, os 19 (dezenove) cursos específicos. Para análise, esses cursos foram separados em 3 categorias: **“Cursos de formação sobre o TEA”** (5 cursos), **“Cursos de formação CAESP”** (9 cursos) e **“Cursos AEE para o TEA”** (5 cursos). Esta divisão foi importante para compreender as ênfases, público-alvo e possíveis atualizações de cada categoria, uma vez que, um mesmo curso ou curso similar, era ofertado mais de uma vez.

Para melhor organização didática, as categorias e dados encontrados, serão apresentados em quadros, como o que segue:

QUADRO 2: ANÁLISE DE PÚBLICO-ALVO

CURSOS DE FORMAÇÃO SOBRE O TEA		
Título	Ano	Público-alvo

Formação sobre Transtorno do Espectro Autista - 2ª	2023	Aberto para qualquer pessoa que tenha interesse em saber sobre TEA.
Formação sobre Transtorno do Espectro Autista (EaD)	2022	Profissionais que atendem educandos com TEA na Rede Regular de Ensino e nas Instituições Especializadas/CAESPs.
Formação sobre Transtorno do Espectro Autista (EaD)	2022	Somente profissionais da CRE de Blumenau, que atendem educandos com TEA na rede estadual de ensino e nos CAESPs, que solicitam cursos e assessorias, para a instituição, por meio da GECAE, a cada mês uma CRE será contemplada.
Atualização em Transtorno do Espectro Autista (EaD)	2020	Professores de AEE, professores regentes , segundos professores, assistentes técnico pedagógicos (ATP's), orientadores e coordenadores pedagógicos, e gestores da rede regular de ensino de Santa Catarina.
Educação Inclusiva - TDAH, TEA e DI (EaD)	2019	Professores do ensino regular , assistentes técnico pedagógicos (ATP's), gestores da rede regular de ensino de Santa Catarina e responsáveis pela educação especial na Gerência Regional de Educação – GERED

Nessas ofertas foi observado que dos 5 cursos desse segmento, todos têm um público-alvo diferente e em dois destes editais o professor regente do ensino regular pode se inscrever, os demais cursos são destinados a professores que atendem alunos com TEA na rede regular de ensino ou em instituições especializadas, o que denota indefinição ou prioridades.

CURSOS DE FORMAÇÃO Centros de Atendimentos Especializados
--

FORMAÇÃO CAESP VOLTADA AO TEA

Título	Ano	Público alvo
Formação sobre CAESP: Transtorno do Espectro Autista e Práticas de Ensino - 2ª edição (EaD)	2020	Professores que atuam diretamente com educandos com diagnóstico de TEA
Formação sobre CAESP: Transtorno do Espectro Autista e Práticas de Ensino - 3ª edição (EaD)	2020	Professores que atuam diretamente com educandos com diagnóstico de TEA
Formação sobre CAESP: Transtorno do Espectro Autista e Práticas de Ensino - 4ª ed. (EaD)	2020	Professores que atuam diretamente com educandos com diagnóstico de TEA
Formação sobre CAESP: transtorno do espectro autista e práticas de ensino - 5ª ed. (EaD)	2020	Professores que atuam diretamente com educandos com diagnóstico de TEA
Formação sobre CAESP: Transtorno do Espectro Autista e Práticas de Ensino - 6ª edição (EaD)	2021	Professores que atuam diretamente com educandos com diagnóstico de TEA.
FORMAÇÃO CAESP VOLTADO AO AEE		
Título	Ano	Público alvo

Formação sobre CAESP: Atendimento Educacional Especializado (TEA e DI) - 1ª ed. (EaD)	2020	Somente professores do atendimento educacional especializado
Formação sobre CAESP: Atendimento Educacional Especializado (TEA e DI) - 2ª edição (EaD)	2020	Somente professores do atendimento educacional especializado
Formação sobre CAESP: Atendimento Educacional Especializado (TEA e DI) - 3ª edição (EaD)	2020	Somente professores do Atendimento Educacional Especializado
Formação sobre CAESP: Atendimento Educacional Especializado (TEA e DI) - 4ª ed. (EaD)	2021	Somente professores do Atendimento Educacional Especializado-AEE

Os cursos de formação CAESP que abordam o TEA são ofertados em dois segmentos “Formação sobre CAESP: Transtorno do Espectro Autista e Práticas de Ensino” e “Formação sobre CAESP: Atendimento Educacional Especializado (TEA e DI)”. O primeiro destinado apenas a professores que atuam diretamente com educandos com diagnóstico de TEA. O segundo é somente para professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Sendo assim, por se tratar de cursos de formação destinada apenas a clínicas especializadas não há nenhuma formação para o professor regente no ensino regular nesta categoria.

CURSOS AEE PARA O TEA		
Título	Ano	Público alvo
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista - EaD	2021	Professores do serviço de AEE da rede estadual de ensino e auxiliares técnicos pedagógicos
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista	2020	Professores de serviço de AEE da rede regular de ensino e auxiliares técnicos pedagógicos.
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista - Chapecó	2019	Professores do AEE, assistentes técnicos pedagógicos da rede regular de ensino, gestores de escolas, todos da rede regular da regional de Chapecó e professores do município vindos da parceria com a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSOC).
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista	2019	Professores de serviço de AEE da rede regular de ensino e auxiliares técnicos pedagógicos
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista	2019	Professores do AEE e assistentes técnicos pedagógicos.

Os cinco cursos desta categoria foram destinados a professores do AEE e a assistentes técnicos pedagógicos em todas as suas ofertas. Porém, no edital "Atendimento

Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista - Chapecó” de 2019, além de suprir esse público alvo, este curso também foi aberto para todos da rede regular de ensino e para parceiros da AMOSC, logo professores regulares também puderam acessar esta formação.

Para a FCEE, público-alvo se refere àqueles para quem são destinadas suas formações, para quem ela fala e a quem ela está formando. Dessa forma, após observar as ênfases de público-alvo de cada curso, compreendo que contempla, em sua maioria, a formação de profissionais da CAESP, quer sejam, profissionais de clínicas especializadas, aqueles que, se pressupõe, já têm formação, informação e conhecimentos no tema foco do curso. Não quer dizer que não devam aprimorar, atualizar e aprofundar, mas que, poderiam ser contemplados junto com os professores regentes de turmas comuns, nas escolas das redes. Vejam que foram contemplados em 11 editais abertos pela instituição, nos 5 anos investigados. Diferente das clínicas especializadas, a rede regular de ensino não tem como foco central a educação especial, tão pouco o TEA, mas também trabalha com pessoas público alvo da educação especial, logo essa rede também precisa de formação continuada para também estar qualificada para receber esse público que tem se inserido cada vez mais nas escolas regulares. Através dos quadros acima, podemos visualizar que para a rede regular de ensino, houveram 10 editais disponíveis, um número semelhante a quantidade voltada para a formação da CAESP, isto mostra que a FCEE também está preocupada em formar profissionais da rede regular. Sabendo disso, foi preciso identificar quais foram os profissionais que puderam ter acesso a estes cursos independente se está inserido na rede regular ou em clínicas especializadas. Percebe-se que os profissionais que mais tiveram oportunidade de formação foram os do Atendimento Educacional Especializado, contemplados por 10 editais destinados ao seu público, na sequência temos 7 editais destinados a professores que trabalham diretamente com o TEA (regular e especializada), em seguida temos 4 cursos abertos para o professor regente do ensino regular e por fim, 1 curso destinado a qualquer pessoa que tenha interesse no TEA.

Dessa forma, entende-se que o público para qual a FCEE fala, prioritariamente, são os profissionais do AEE e professores que atuam diretamente na Educação Especial, enquanto ao professor regente, são poucas as ofertas de formação. Se a orientação das políticas públicas educacionais é para o desenvolvimento de práticas inclusivas nas escolas, não seria “natural” que se investisse em formação nesta direção, especialmente

aos professores regentes de sala de aula comum que, quase regra geral, não têm formação e nem estudos específicos na área? Se a orientação é que crianças com autismo e outras deficiências (intelectual, sensorial, física) estejam incluídas nas salas de aula comuns, como é que o professor regente não é público prioritário em formações que estão voltadas para o conhecimento mais específico e aprofundado sobre o TEA? É compreensível que com a criação da função de “segundos professores” em sala de aula com a participação de crianças com deficiências, altas habilidades e transtornos, este profissional se dedique mais a atender as especificidades destas crianças. Mas, se pensarmos no princípio fundamental da inclusão, que é a participação irrestrita de todos ao conhecimento escolar e aos processos de escolarização, não podemos normalizar a situação que elege um professor para atender as demandas das crianças público da educação especial, enquanto o professor regente desenvolva sua aula como se essas crianças não fizessem parte da dinâmica pedagógica dos momentos de aprendizagem. E o que acontece quando o segundo professor não comparece à aula? Quais saberes o professor da turma irá mobilizar para atender as demandas dessas crianças?

Estudos recentes (Camargo et al, 2020) e (Ribeiro, 2020) apontam que professores se sentem desafiados por não saberem lidar com os comportamentos, emoções, comunicação e o alcance aos interesses restritos de alunos com TEA. Também destacam que muitos docentes ainda agem projetando a ideia de que autistas necessitam de intervenções “curativas”. Logo, de acordo com os autores, muitos professores não têm qualificação para o exercício docente com o TEA e precisam da formação continuada para se atualizarem e garantirem a inclusão desses alunos. Ainda segundo Ribeiro (2020), valorizar o trabalho docente também implica em dotar o professor de perspectiva de análise que o auxilie a compreender os contextos históricos, sociais, culturais e organizacionais nos quais se dá a sua atividade docente.

TABELA 2: ANÁLISE DAS ÊNFASES DE CONTEÚDOS

CURSOS DE FORMAÇÃO SOBRE O TEA		
Título	Ano	Conteúdos

Formação sobre Transtorno do Espectro Autista - 2 ^a	2023	<p>MÓDULO 1</p> <ul style="list-style-type: none"> * Atividades: Leitura do documento “Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializado do estado de Santa Catarina: Transtorno do Espectro Autista” (FCEE, 2022) – páginas 16 à 40. * Leitura do artigo “Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos” (SCHMIDT, 2017). Disponível em: https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i2.346 * Leitura do material “Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências” (LIBERALESSO, LACERDA, 2020) – páginas 13 à 26. Disponível em: https://mid.curitiba.pr.gov.br/2021/00312283.pdf * Responder ao quiz. <p>MÓDULO 2</p> <ul style="list-style-type: none"> * Leitura do documento “Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializado do estado de Santa Catarina: Transtorno do Espectro Autista” (FCEE, 2022) – páginas 42 à 61. * Leitura do material “Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências” p. 28 a 55
Formação sobre Transtorno do Espectro Autista (EaD)	2022	<ul style="list-style-type: none"> * Definindo o TEA e compreendendo seu perfil cognitivo? (15h) * Leitura do documento “Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializado do estado de Santa Catarina: Transtorno do Espectro Autista” (FCEE, 2022). * Leitura do artigo “Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos” (SCHMIDT, 2017). Disponível em: https://doi.org/10.4025/psicoestud.v22i2.34651 * Leitura do capítulo 1 do material “Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências” (LIBERALESSO, LACERDA, 2020). Disponível em: https://mid.curitiba.pr.gov.br/2021/00312283.pdf * Práticas de ensino (15h) * Leitura do documento “Diretrizes dos centros de atendimento educacional especializado do estado de Santa Catarina: Transtorno do Espectro Autista” (FCEE, 2022). * Leitura do capítulo 2 do material “Autismo:

		compreensão e práticas baseadas em evidências” (LIBEALESSO, LACERDA, 2020). Disponível em: https://mid.curitiba.pr.gov.br/2021/00312283.pdf
Formação sobre Transtorno do Espectro Autista (EaD)	2022	<ul style="list-style-type: none"> * Plano de Desenvolvimento Individual - PDI; * Recursos Pedagógicos; * Educação Especial e Artes: Ações Inclusivas; * Comunicação Alternativa; * A interface da avaliação pedagógica no contexto das instituições especializadas; -Trabalho das AMAS com o TEA; * Trabalho da APAE com o TEA; * Intervenção em TEA com ênfase nas Práticas Baseadas em Evidências.
Atualização em Transtorno do Espectro Autista (EaD)	2020	<ul style="list-style-type: none"> * O que é o Transtorno do Espectro Autista e suas características principais. * Teorias cognitivas que explicam o funcionamento da pessoa com TEA
Educação Inclusiva - TDAH, TEA e DI (EaD)	2019	<ul style="list-style-type: none"> * Conceituação da Deficiência Intelectual; * Inclusão escolar da pessoa com Deficiência Intelectual; * Entendendo o Transtorno do Espectro Autista - TEA * Inclusão escolar da pessoa com Transtorno do Espectro Autista; * Atendimento Educacional Especializado e o Transtorno do Espectro Autista. * Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade: * Conceituação; avaliação e diagnóstico; * Inclusão escolar e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Três cursos desta categoria trabalham a temática do TEA de forma mais geral, a fim de apresentar e tornar possível a compreensão do transtorno. As ênfases dos conteúdos destes cursos estão na apresentação sobre **o que é o Transtorno do Espectro**

Autista (que faz parte de todos os cursos) e a leitura do material “**Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências**”, que aparecem em três cursos desta categoria. Há também leitura do artigo “**Transtorno do Espectro Autista: onde estamos e para onde vamos**” que também aborda as PBE. Estes trabalhos trazem um viés clínico acerca do TEA e o contextualiza quanto a história e sintomas do transtorno. Percebe-se que um texto introduz o outro quanto as PBE, estas que propõem alternativas científicas para o cotidiano com autistas. No entanto, de acordo Schmidt (2017), autor do artigo, há certa dificuldade na implementação das PBE na educação de crianças autistas, uma vez que há variedade nos sintomas sociais e de comunicação entre uma criança e outra. Logo “[...] as evidências podem apenas indicar, e não prescrever indicações de intervenções para o campo educacional”. Assim, cabe ao professor, que precisa ter conhecimento do contexto do aluno e das suas potencialidades, para a escolha de intervenções que mais julgar adequada as especificidades do aluno. Pensando nas PBE e no papel do professor regente regular que é tão importante na mediação do conhecimento, o acesso a essas intervenções podem subsidiar as práticas pedagógicas desses professores.

CURSOS DE FORMAÇÃO CAESP		
FORMAÇÃO VOLTADA AO TEA		
Título	Ano	Conteúdos
Formação sobre CAESP: Transtorno do Espectro Autista e Práticas de Ensino - 2ª edição (EaD)	2020	<ul style="list-style-type: none"> * O que é o Transtorno do Espectro Autista: definição do transtorno. * Algumas teorias cognitivas que explicam o seu funcionamento: teoria da mente, coerência central e funções executivas. * Aprendizagem sem erro: uma estratégia de aprendizagem para educandos com autismo. * Práticas de ensino para educandos com TEA a partir de práticas baseadas em evidências: recursos visuais e apoios.
Formação sobre CAESP: Transtorno do Espectro Autista e	2020	* O que é o Transtorno do Espectro Autista: definição do transtorno.

Práticas de Ensino - 3ª edição (EaD)		<ul style="list-style-type: none"> * Algumas teorias cognitivas que explicam o seu funcionamento: teoria da mente, coerência central e funções executivas. * Aprendizagem sem erro: uma estratégia de aprendizagem para educandos com autismo. * Práticas de ensino para educandos com TEA a partir de práticas baseadas em evidências: recursos visuais e apoios
Formação sobre CAESP: Transtorno do Espectro Autista e Práticas de Ensino - 4ª ed. (EaD)	2020	<ul style="list-style-type: none"> * O que é o Transtorno do Espectro Autista: definição do transtorno. * Algumas teorias cognitivas que explicam o seu funcionamento: teoria da mente, coerência central e funções executivas. * Aprendizagem sem erro: uma estratégia de aprendizagem para educandos com autismo. * Práticas de ensino para educandos com TEA a partir de práticas baseadas em evidências: recursos visuais e apoios.
Formação sobre CAESP: transtorno do espectro autista e práticas de ensino - 5ª ed. (ead)	2020	<ul style="list-style-type: none"> * O que é o Transtorno do Espectro Autista: definição do transtorno. * Algumas teorias cognitivas que explicam o seu funcionamento: teoria da mente, coerência central e funções executivas. * Aprendizagem sem erro: uma estratégia de aprendizagem para educandos com autismo. * Práticas de ensino para educandos com TEA a partir de práticas baseadas em evidências: recursos visuais e apoios.
Formação sobre CAESP: Transtorno do Espectro Autista e Práticas de Ensino - 6ª edição (EaD)	2021	<ul style="list-style-type: none"> * O que é o Transtorno do Espectro Autista: definição do transtorno; * Algumas teorias cognitivas que explicam o funcionamento da pessoa com autismo; * Aprendizagem sem erro: uma estratégia de aprendizagem para educandos com autismo. * Práticas de ensino para educandos com TEA a partir de práticas baseadas em evidências: recursos visuais e apoios.
FORMAÇÃO VOLTADA AO AEE		

Título	Ano	Conteúdo
Formação CAESP: Atendimento Educacional Especializado (TEA e DI) - 1ª ed. (EaD)	2020	<ul style="list-style-type: none"> * O que é o Atendimento Educacional Especializado: definição, objetivos e funcionamento. * O Atendimento Educacional Especializado para educandos com Transtorno do Espectro Autista. * O Atendimento Educacional Especializado para educandos com Deficiência Intelectual.
Formação sobre CAESP: Atendimento Educacional Especializado (TEA e DI) - 2ª edição (EaD)	2020	<ul style="list-style-type: none"> * O que é o Atendimento Educacional Especializado: definição, objetivos e funcionamento. * O Atendimento Educacional Especializado para educandos com Transtorno do Espectro Autista. * O Atendimento Educacional Especializado para educandos com Deficiência Intelectual.
Formação sobre CAESP: Atendimento Educacional Especializado (TEA e DI) - 3ª edição (EaD)	2020	<ul style="list-style-type: none"> * O que é o Atendimento Educacional Especializado: definição, objetivos e funcionamento. * O Atendimento Educacional Especializado para educandos com Transtorno do Espectro Autista. * O Atendimento Educacional Especializado para educandos com Deficiência Intelectual.
Formação sobre CAESP: Atendimento Educacional Especializado (TEA e DI) - 4ª ed. (EaD)	2021	<ul style="list-style-type: none"> * O que é o AEE: definição, objetivos e funcionamento * AEE para educandos com TEA * O AEE para educandos com deficiência intelectual

Na categoria “cursos de formação CAESP” é evidente dois segmentos, um destinado a compreensão do TEA e outro voltado para o AEE que atende educandos com TEA. No primeiro segmento, o cronograma de conteúdos é o mesmo, apresentando o que é o TEA; teorias cognitivas que explicam o seu funcionamento e também as práticas de ensino para educandos com TEA a partir de práticas baseadas em evidências. Já o segundo segmento, trata-se também de um mesmo cronograma, porém destinado para o AEE, abordando a definição, objetivos e funcionamento do AEE; o AEE para educandos com Transtorno do Espectro Autista; e também o AEE para educandos com Deficiência

Intelectual. Neste segundo quadro podemos perceber que os conteúdos desta categoria trabalham novamente com a introdução dos conceitos do TEA e as PBE, nas formações de segundo professor de sala e professor do AEE. Tendo em vista que os conteúdos do primeiro segmento não têm como foco o AEE, mas sim a formação para o trabalho com o autista, por que não destinar esses cursos também para o professor regente já que este, no seu exercício diário, também trabalha “**diretamente com educandos com diagnóstico de TEA**” como é previsto nos editais?

CURSOS AEE PARA O TEA		
Título	Ano	Conteúdos
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista - EaD	2021	<ul style="list-style-type: none"> * Introdução ao TEA: definição e teorias de embasamento. * Práticas baseadas em evidências no contexto do AEE
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista	2020	<ul style="list-style-type: none"> * Introdução ao TEA: definição e teorias de embasamento. * Práticas baseadas em evidências para autismo. * Coensino e adequação curricular. * Oficina de Produção de recursos.
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista - Chapecó	2019	<ul style="list-style-type: none"> * Introdução ao TEA: definição e teorias de embasamento. * Recursos estruturados e seus elementos: níveis de trabalho, níveis de apoio, organização do ambiente, aprendizagem sem erro, programadores visuais, uso de reforçadores. * Adequação curricular.
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista	2019	<ul style="list-style-type: none"> * Introdução ao TEA: definição e teorias de embasamento. * Ensino estruturado e seus elementos: níveis de trabalho, níveis de apoio, organização do

		<p>ambiente, aprendizagem sem erro, programadores visuais, uso de reforçadores.</p> <p>* Reflexões sobre o ensino estruturado para o TEA (EAD).</p> <p>* Adequação curricular.</p>
Atendimento Educacional Especializado para alunos com Transtorno do Espectro Autista	2019	<p>* Introdução ao TEA: definição e teorias de embasamento.</p> <p>* Ensino estruturado e seus elementos: níveis de trabalho, níveis de apoio, organização do ambiente, aprendizagem sem erro, programadores visuais, uso de reforçadores.</p> <p>* Reflexões sobre o ensino estruturado para o TEA (EAD).</p> <p>* Adequação curricular.</p>

Os cursos da categoria “AEE para alunos com TEA”, também pode-se perceber a ênfase acerca do **o que é o TEA**, abarcando sua definição e teorias de embasamento, além de apresentar em todas as suas ofertas o conteúdo **“adequação curricular”** (exceto o curso ofertado em 2021). Esses conteúdos tornam possível o conhecimento acerca da adequação curricular, gerando subsídios para a garantia desse direito respaldado pela Lei nº13.146, de julho de 2015. Sendo possível repensar o currículo que garanta a aprendizagem de todos.

Ao observar cada curso, de cada categoria, é notório como estes, em sua maioria, partem da introdução sobre **o que é o Transtorno do Espectro Autista**, que é mencionado em todos os editais de 2019 a 2023 com exceção do curso “Formação sobre Transtorno do Espectro Autista (EaD)” ofertado em 2022 para profissionais CRE, onde os conteúdos deste curso são mais elaborados e destinados a professores especialistas da educação especial, abordando temáticas como a realização do Plano de Desenvolvimento Individual - PDI e avaliação pedagógica no contexto das instituições especializadas.

Outra ênfase destes cursos é a **compreensão e as práticas baseadas em evidências**, que são abordadas em 10 editais, nas 3 categorias de análise. Esta prática trata-se de intervenções e estratégias de ensino cientificamente eficazes que objetivam o desenvolvimento e a aprendizagem de pessoas com TEA. Pesquisas recentes como a de

Nunes e Schmidt (2019) apresentam a importância das práticas baseadas em evidências no contexto escolar, apontam que a incorporação das Práticas Baseadas em Evidências (PBE) não apenas possibilitam o uso de estratégias empiricamente validadas, mas também favorecem práticas inovadoras e desenvolvidas a partir das adaptações para atender às demandas em sala de aula. No entanto, estes autores também destacam a necessidade de os professores receberem formação suficiente para serem capazes de avaliar as pesquisas que realizam e selecionar aquelas que melhor atendam as necessidades do seu aluno. Sendo assim, não basta apenas apresentar as PBE para os professores, mas também formá-lo para refletir sobre como usá-las de forma eficiente em sala de aula.

Diante disso, percebemos que esses conteúdos seriam fundamentais para a formação do professor regente de sala comum que se sentem despreparados para o trabalho com aluno autista. O acesso a esses conhecimentos proporcionaria a compreensão do transtorno e alternativas para a mediação do docente, construindo através da sua prática, caminhos para a inclusão desses alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados dos dados coletados dos editais da Fundação Catarinense de Educação Especial entre os anos de 2019 a 2023, somados as análises realizadas em anos anteriores por Lehmkuhl (2011) e Jochem (2019), concluo que houve avanços significativos na oferta de formação continuada de professores com foco no TEA, alcançando muitos profissionais tanto da rede regular de ensino quanto de clínicas especializadas.

Em resposta a minha pergunta de pesquisa: *como é abordado o tema do TEA nos cursos de formação continuada ofertados pela Fundação Catarinense de Educação Especial, qual o público-alvo e quais as ênfases teórico-metodológicas?* É possível afirmar que a Fundação ainda direciona um número significativo de cursos para professores especialistas, segundo professores de sala e professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Quanto ao professor regente da sala comum do ensino regular, há poucas ofertas o que, conseqüentemente, fragiliza o trabalho docente com o aluno autista.

A fundação forma profissionais através da construção do saber acerca das concepções do TEA e das Práticas Baseadas em Evidências para melhor compreender as demandas da criança autista e mediar sua prática docente. A participação da criança com TEA nas salas de aula comuns, nos coloca atentos para o que realmente contribui com o processo de aprendizagem do conhecimento escolar dessa criança, o que realmente se tem de inclusivo nos processos que se desenvolvem em sala de aula e para quem recai essa responsabilidade. Considerando que o professor regente de turma, é o responsável por cada uma e todas as crianças na sua sala, parece muito claro que precisa ter conhecimentos para atender todas as demandas de aprendizagens que emergem do contexto escolar. Tratamos aqui, não só do direito das crianças com ou sem deficiências ou transtornos aos conhecimentos cientificamente acumulados e organizados, mas também dos professores.

Dessa forma, sendo a FCEE uma grande referência na formação na área de educação especial e inclusão, acredito que um olhar direcionado para os professores regentes de sala comum do ensino regular, seja uma demanda latente e que já é tardia a tarefa de tornar esse docente respaldado de conhecimento teórico-metodológico para o trabalho com o aluno autista no contexto escolar. Destaco ainda a necessidade de maior clareza na descrição de público-alvo nos editais, (o que também foi levantado no estudo de Jochem, 2019), para que não haja dúvidas no momento de inscrição e que muitos professores da sala de aula comum possam acessar aos conhecimentos específicos da área de educação especial na perspectiva da inclusão. Com esta pesquisa, espero contribuir para o debate do aperfeiçoamento das formações continuadas de professores promovidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 27 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Casa Civil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/diretrizes.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023. p. 19-20.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 04 jun. 2023.

BRASIL. **Glossário da Educação Especial: Censo Escolar 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/glossario-da-educacao-especial-censo-escolar-2022>. Acesso em: 04 jun. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2023.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher et al. **Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores**. Educação em Revista, [S.L.], v. 36, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698214220>.

CENTER OF DISEASES CONTROL AND PREVENTION (Estados Unidos). **Dados e estatísticas sobre transtorno do espectro do autismo**. 2023. Disponível em: <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CORDIOLI, Aristides Volpato et al. (Org.). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento.

DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 22.

DIVERSA. **Qual é a diferença entre integração e inclusão?** 2022. Disponível em: <https://diversa.org.br/educacao-inclusiva/qual-e-o-historico-da-educacao-inclusiva/qual-e-a-diferenca-entre-integracao-e-inclusao/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

FELISBINO, Cláudia. **Políticas públicas brasileiras para o autismo: entre a patologização da diferença e a correção comportamental**. 2022.

FIGUEIREDO, Joelma Pinheiro; COSTA, Juliana Pereira; DIAS, Synthia Lopes. **Autismo e Inclusão Escolar: um olhar para as práticas pedagógicas – Trabalho de Conclusão de Curso**. Serra: Faculdade Doctum de Pedagogia da Serra, 2018. Disponível em:

<https://dspace.doctum.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1345/1/AUTISMO%20E%20INCLUS%20C3%83O%20ESCOLAR%20UM%20OLHAR%20PARA%20AS%20PR%20C3%81TICAS%20PEDAG%20C3%93GICAS.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

NASCIMENTO, Maria Inês Corrêa et al. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 992 p.

NUNES, Débora R. P.; SCHMIDT, Carlo. **Educação Especial e Autismo: das práticas baseadas em evidências à escola**. Cadernos de Pesquisa, [S.L.], v. 49, n. 173, p. 84-103, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ZbKfTytcdVJ5mgLv5w65Q9c/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 dez 2023.

RISSATO, Heloise. **Médico disse que meu filho é atípico, o que isso quer dizer?** 2022. Genial Care. Disponível em: <https://genialcare.com.br/blog/medico-disse-que-meu-filho-e-atipico-o-que-isso-quer-dizer/#:~:text=Esse%20conceito%20%C3%A9%20usado%20para,Dislexia%2C%20De%20press%20entre%20outros>. Acesso em: 04 jun. 2023.

RIBEIRO, José Jailton. **Educação inclusiva e os desafios para a formação de docentes**. Temas em Educação e Saúde, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 84-95, 19 jun. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26673/tes.v16i1.13316>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial. **A Fundação**. São José, 2010a. Disponível em: <https://www.fcee.sc.gov.br/institucional/sobre-a-fcee>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SANTA CATARINA. **Política de Educação Especial**. Núcleo de Educação Especial. Florianópolis: Gráfica Coan, 2018.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394?posInSet=2&queryId=bf1afc9e-789a-4922-8f86-a8440f049625>. Acesso em: 14 mar. 2023.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Desenho Universal para a Aprendizagem como Estratégia de Inclusão Escolar**. 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4496/449657611004/html/>. Acesso em: 19 nov. 2023.